

**Nota Prévía**



**Manuel I. Miguéns\***

O Conselho Nacional de Educação organizou as comemorações do seu 20º Aniversário em torno de um conjunto de iniciativas de reflexão e debate sobre temas educativos.

O segundo destes eventos, realizado no Porto, em Novembro de 2007, teve como temáticas centrais a autonomia das instituições educativas e os novos compromissos sociais pela educação num contexto local.

Deve lembrar-se que o Conselho Nacional de Educação tratou estas temáticas por várias vezes ao longo destes vinte anos. Refira-se, a título de exemplo, os Pareceres do CNE sobre autonomia e gestão nos ensinos básico e secundário (1997, 2008) e sobre autonomia do ensino superior universitário e politécnico (1999, 2003) e as publicações sobre educação e poder local (1995), autonomia das instituições de ensino superior (1999), educação e municípios (2007) e autonomia, responsabilidade e governança no ensino superior (2008).

Mas assistimos, ao longo destes anos, a profundas mudanças na sociedade e a importantes desenvolvimentos no sistema educativo que justificam reflexão e novos olhares sobre o caminho percorrido, bem como novas propostas para o tempo vindouro.

Dai a realização deste Seminário, integrado nas comemorações do 20º Aniversário do Conselho, procurando fomentar o diálogo e trazer ao debate os mais variados interlocutores sociais. A realização deste evento no Auditório da Universidade Católica do Porto foi uma oportunidade para o CNE dialogar com novos interlocutores e, ao mesmo tempo, descentralizar e abrir o debate sobre a autonomia das instituições educativas à participação de muitas entidades capazes de assumirem verdadeiros compromissos sociais em prol da melhoria da educação.

---

\* Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Pretendia-se, por um lado, visitar as autonomias, nomeadamente, ao nível das instituições do ensino superior e retirar dessas experiências vividas os melhores ensinamentos, para o desenvolvimento das mais jovens autonomias nos ensinos básico e secundário, em particular no âmbito dos novos contratos de autonomia.

Havia, por outro lado, a intenção clara de pensar as instituições educativas, no seu contexto local e regional, não de forma isolada mas em articulação e estreita parceria com múltiplos agentes e instituições como sejam, por exemplo, os municípios, as associações ou as empresas.

Sobre a autonomia, o Professor Sérgio Machado dos Santos escolheu quatro ideias essenciais em torno das quais aborda o tema: a autonomia conquista-se; a administração central tende a ser ciosa dos seus poderes; se não se exerce a autonomia estiola; e um bom modelo de autonomia deve ser um modelo contratualizante. E conclui, depois de elaborar sobre cada um dos aspectos referidos, que as instituições escolares devem ter uma atitude pró-activa de procura da autonomia, devem usar a autonomia com bom senso assumindo as suas responsabilidades e devem envolver-se na definição e contratualização da sua autonomia, enquanto o Governo, em colaboração com a instituição escolar, deve acompanhar e monitorizar o desenvolvimento do respectivo contrato de autonomia.

João Paulo Mineiro, Presidente da Escola Secundária Quinta das Palmeiras, na Covilhã, uma das escolas com os chamados novos contratos de autonomia, descreve a forma como a sua escola assumiu a autonomia que o contrato lhe confere e o modo como têm construído um Projecto Educativo de Escola no contexto do referido contrato. Enfatiza os processos de avaliação, interna e externa, o envolvimento e participação da comunidade educativa e a opção por uma gestão com sentido estratégico para vincar a busca da qualidade, a organização de uma oferta educativa de excelência e a orientação para a melhoria dos resultados dos alunos, como objectivos-chave de todo o projecto.

Por sua vez, Álvaro Santos, Presidente da Escola Secundária Joaquim Gomes Ferreira Alves, procurou enquadrar a evolução das “autonomias”

com base na legislação que ao longo dos últimos vinte anos tem sido publicada sobre o assunto, mas também ao nível das diversas leituras que académicos e dirigentes das escolas foram fazendo dos diferentes quadros legais.

As instituições educativas experimentam hoje significativas mudanças também associadas à questão da autonomia, mas que extravasam em muito o âmbito restrito da escola. Como salienta o Conselheiro Joaquim Azevedo, a autonomia não pode significar isolamento mas, antes pelo contrário, abertura, estabelecimento de novas conexões com o exterior. Vemos hoje cada vez mais sociedade na educação e a participação de diferentes interesses e forças sociais nos órgãos estratégicos de governo das escolas, bem como o aparecimento de novos actores – autarquias locais, associações, empresas ou grupos de cidadãos interessados, mostram bem como a autonomia pode facilitar a criação de redes locais de colaboração de cuja conjugação de esforços se poderá construir uma escola cada vez melhor.

É deste envolvimento da sociedade ou da necessidade de se fazerem mais e novos compromissos sociais pela educação que trata a segunda parte deste livro.

Uma expressão de claro compromisso é-nos dada pelas intervenções dos vereadores da educação das Câmaras Municipais do Porto e de Gondomar.

O Vereador Vladimiro Feliz dá nota de um conjunto de projectos de intervenção que a Câmara do Porto implementou com o objectivo de melhorar a vida das crianças da cidade e promover uma cultura baseada no conhecimento, na inovação, na criatividade, no empreendedorismo e no mérito. Os projectos apresentados orientam-se no sentido da aproximação da sociedade civil (associações, empresas, universidade e politécnico, figuras públicas) às escolas e envolvem múltiplas parcerias associadas ao empreendedorismo, aos “role-models”, às profissões, ao voluntariado, ao desenvolvimento de capacidades e talentos, e à distinção do mérito.

O responsável pela Educação no Município de Gondomar, Fernando Paulo, apresenta o Projecto de Mediação Educativa que resulta de uma parceria entre a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Gondomar, a Câmara Municipal e os agrupamentos de escolas do Município, e visa prevenir fenómenos de negligência, absentismo e abandono escolares. Neste projecto ganha relevância a intervenção do mediador educativo, mas a dinâmica do projecto promove a participação de múltiplas entidades e instituições de sectores diversos (saúde, segurança social, ensino superior, forças de segurança, associações de pais, professores, etc.) que de forma colaborativa reúnem esforços no combate ao absentismo e ao abandono escolares.

Carlos Rodrigues, da Universidade de Aveiro, traz ao debate a forma como as instituições de ensino superior podem contribuir para o desenvolvimento local e regional, particularmente quando desenvolvem estratégias de colaboração e parceria com as empresas e as comunidades da região em que estão inseridas.

Por fim, Joaquim Azevedo lembra como a ideia de compromissos pela educação foi uma das notas salientes do Debate Nacional sobre Educação e reforça a importância da participação de novos actores no empreendimento que é a educação, para concluir que a existência de mais sociedade na educação a par das melhorias a realizar no interior da escola (organização pedagógica, liderança, participação dos pais, ensino...) são elementos de esperança em relação ao futuro.

Esta é, por assim dizer, a síntese de apresentação deste livro que inicia uma série editorial de três publicações inseridas no 20º Aniversário do Conselho Nacional de Educação.

Cumpramos agradecer, finalmente a todos quantos contribuíram para a realização desta iniciativa, particularmente aos autores das intervenções e ao *staff* do Conselho Nacional de Educação que assegurou a organização deste Seminário na cidade do Porto.